

O MESTRE DE JAVANÊS: A TRANSIÇÃO DO INDIVÍDUO À PESSOA

Master of javanês: the transition from individual to the person

Ernani Mügge

<https://orcid.org/0000-0001-8243-8759> 

Daniel Conte

<https://orcid.org/0000-0002-4251-3299> 

Débora Priscila Marasca

<https://orcid.org/0000-0002-1913-7205> 

Universidade Feevale, ERS-239, 2755, Novo Hamburgo, RS, Brasil. 93525-075 – pgprocessos@feevale.br

Resumo: O contato com o mundo literário permite, ao leitor, construir ideias, conhecer pontos de vista diferentes e, especialmente, estabelecer reflexões acerca da própria identidade e da sua atuação no meio social. A afirmação se conforma perfeitamente ao conto “O homem que sabia javanês”, de Lima Barreto, em que figura a personagem Castelo, típico ator social da urbanidade brasileira do final do século XIX e início do século XX. Por meio de seu discurso, vislumbra-se seu processo de passagem de individuação à condição de pessoa, inserida no meio social, subjugada às leis gerais do Estado. A análise que se propõe neste estudo tem como horizonte teórico uma perspectiva de transição de indivíduo à pessoa à luz da semiolinguística, da antropologia e da história do país.

Palavras-chave: Indivíduo; Pessoa; Literatura; Lima Barreto; Castelo.

Abstract: The contact with the literary world allows to the reader to build ideas, get to know different points of view and, especially, establish reflections about their own identity and their role in the social environment. The statement is perfectly in line with the short story “The man who knew Javanese”, by Lima Barreto, in which the character Castelo appears, a typical social actor in Brazilian urbanity at the end of the 19th century and beginning of the 20th century. Through his speech, one glimpses his process of transition from individuation to the condition of a person, inserted in the social environment, subject to the general laws of the State. The analysis proposed in this study has as its theoretical horizon a perspective of transition from individual to person in the light of semiolinguistics, anthropology and the country's history.

Keywords: Individual; Person; Literature; Lima Barreto; Castelo.

Introdução

Patrick Charaudeau (2009) defende que um sujeito, ao adentrar o meio social, elabora, progressivamente, sua própria identidade. Esse processo ocorre por meio da tomada de consciência de si mesmo, de seu corpo, de seu saber, de seus julgamentos e ações. O posicionamento pode ser aproximado à visão de Roberto DaMatta (1997), para

quem um sujeito adquire o domínio de pessoa ao ser considerado, quando de seu nascimento, parte constituinte de uma família – espaço a partir do qual produz sentido na estrutura do fenômeno social. Tal condição o habilita à guarida, a um lugar de luta contra eventuais dificuldades originárias dos espaços públicos.

Do outro lado, literalmente, centra-se o domínio do indivíduo, figura exposta às regras universalizantes de um Estado hierárquico, onde o dominante age por meio de seu poder que, muitas vezes, lhe foi concedido por um processo de “apadrinhamento”. Este agir articula-se sobre o sujeito dominado, oprimido, que ocupa as margens do poder decisório da estrutura político-social, engendrada, no caso do Brasil, desde a chegada dos primeiros exploradores ao território.

Os povos que sofreram a história encontram eco em narrativas que se propõem a representar embates de classes oriundas do trânsito legitimador da condição de indivíduo para pessoa; incluem-se, aí, batalhas que macularam a história da população brasileira, em diferentes regiões, e que continua a evidenciar as marcas das diferenças sociais, estruturadas ora por uma racialidade conceituada, ora por uma ideação da harmonia entre a diversidade cultural.

Afinal, parcela considerável dos sujeitos que compõem a sociedade brasileira manifesta, por meio de movimentos organizados, o anseio de ser ouvida em espaços decisórios do poder público pelos governos, no sentido de ter seu valor reconhecido e seus direitos assegurados. Nessa ordem, cada sujeito tem a possibilidade de transitar entre os conceitos pessoa-indivíduo-pessoa.

A partir da concepção relacional de DaMatta (1997), abordam-se, neste trabalho, elementos que deslindam o processo pelo qual se configura a passagem do domínio de indivíduo à pessoa, através da análise do discurso da personagem Castelo, do conto de Lima Barreto intitulado “O homem que sabia javanês” (1997 [1911]).

Recorre-se, a princípio, às reflexões de Lilia Schwarcz (2012, 2015) para a construção de entendimentos acerca do cenário brasileiro, em especial, o da metrópole do Rio de Janeiro, no que tange às relações sociais, econômicas e culturais em meados do fim do século XIX e início do XX, consoante o período pelo qual perpassam as vivências da personagem. Na ordem subsequente, expõe-se os conceitos de indivíduo e de pessoa, evidenciando como se dá a passagem de um sistema ao outro para que, ao final, seja possível identificar esse processo por meio do discurso da personagem em questão, que representa a realidade de um sujeito ambientado no contexto brasileiro à época da escritura da narrativa.

O cenário urbano brasileiro do fim do século XIX ao início do XX

O pretense fim da escravidão no Brasil, ocorrido no ano de 1888, e a desorganização do sistema conjugado à necessidade de substituição da mão de obra cafeeira, atraiu, consoante Schwarcz (2012), imigrantes, em especial, europeus, que foram iludidos por um sistema econômico que dava ao país a condição imaginada de “terra da promessa”. O que



o governo pretendia, entretanto, era sistematizar e operacionalizar a substituição dos cativeiros anteriormente ocupados pelos escravos.

Em que pese a Primeira República promover a ideia de liberdade e de igualdade jurídica, boa parte da população foi excluída das relações sociais que eram configuradas pelo poder econômico instituído. Esse movimento promoveu o trânsito de ocupação de muitos imigrantes estrangeiros, atraídos aos centros urbanos devido à força com que esses geravam empregos e serviços, resultantes dos objetivos que visavam ao progresso por meio da constituição de núcleos irradiadores da premissa civilizatória. Erigida pelo axioma das contribuições advindas dos imigrantes, emerge a proposta do branqueamento da população.

No contexto finissecular de passagem da monarquia para a República, do ensaio de mudanças de ordem econômica e social, em que o liberalismo se compunha como o desejo dos atores do substrato dominante, a política de imigração logo tornou-se objeto ordinário. A regularização de subsídios – uma das ações decorrentes da nova ordem política – não conformou a sustentabilidade necessária que apontasse a uma estabilização social. A consequência disso materializou-se em fugas e revoltas dos colonos, o que levou o país à instauração de um ambiente de insegurança, maculado pela violência. O não cumprimento das promessas de cidadania, igualdade e liberdade – palavras norteadoras da semântica herdada da redenção popular na França – deslizou os sentidos de culpa tanto aos escravizados quanto aos imigrantes europeus, pelo descontrole e desestruturação do urbano.

No período, acreditava-se que o descontrole ganhara grandes proporções no meio urbano devido ao processo de hibridação cultural. Sendo assim, optou-se pela instituição de novas práticas cerceadoras das liberdades individuais, que estavam consoantes ao cientificismo imperante na Europa, o qual operava através do darwinismo racial e higienismo, denunciadores das “inconveniências” da miscigenação.

Há de se considerar, ainda, que o povo sofria com a escassez de alimentos essenciais à sobrevivência. Dessa conjuntura histórico-social, decorria o aumento nos preços de produtos de subsistência e das despesas de moradia, transporte e aluguel. Assim, a alta inflacionária resultou, também, na capilarização da pobreza nos centros urbanos. Diante desse quadro, por meio da atuação política das elites urbanas, que buscavam manter seus privilégios herdados da época imperial, a população foi conduzida a um entendimento equivocado de que a resolução da equação política provinha das elites que emergiram com a República, olvidando territórios identitários significativos do país e reforçando, nos centros decisórios do poder, ideias que tinham como fundamento norteador o capitalismo, a civilização e o progresso.

Por um lado, estavam os novos cenários urbanos, com seus senhores e senhoras vestidos à última moda de Paris, automóveis, edifícios, restaurantes, teatros, lojas variadas e todo tipo de traquitana adequada a esses novos tempos que pareciam ter pressa. Por outro, encontrava-se o sertão longínquo, espécie de ‘parte esquecida do país’, o qual, ao lado do

passado escravocrata, afigurava-se alijado da memória da época. Lá viviam indígenas, libertos, mulatos... 'uns deserdados, uns desterrados em sua terra' (SCHWARCZ, 2012, p. 40).

Na década de 1910, especificamente ao largo da Primeira Guerra, o Brasil foi palco de um processo que movimentou o fomento da produção local e a consequente substituição das importações. Esse fenômeno reconfigurou o cenário das cidades e a conformação industrial do país, que testemunhou o surgimento de novas matrizes industriais, as quais se destacaram como fenômenos sociais e econômicos, por se tornarem o Eldorado sul-americano. Lilia Schwarcz observa que

É certo que a população estrangeira foi contratada, originariamente, para engrossar o trabalho na lavoura rural; no entanto, com a crise da agricultura, boa parte desse contingente deslocou-se para as cidades, atraído não só pelas novas oportunidades, como pelas especializações profissionais que traziam de seus países de origem. Isto é, mais do que camponeses, entraram no país, sobretudo nessa primeira leva, profissionais liberais alemães, espanhóis e italianos, mais acostumados aos serviços urbanos que aos rurais. Também chegaram pedreiros, padeiros, sapateiros e pequenos comerciantes, habituados à vida cotidiana nas cidades e vilarejos de sua terra natal (SCHWARCZ, 2012, p. 44).

Houve, portanto, a sistematização de uma outra pluralidade oficiosa nas relações do trabalho em um país que surgia com a promessa de um novo, mas que ainda trazia a memória e os ranços do Império.

Ademais desse movimento migratório, as regiões distanciadas do poder central, como, por exemplo, a região Nordeste, assistiu, entre 1872 e 1900, a subtração vertiginosa de sua população, evento provocado pelo comércio de escravos que “despovoou a economia do açúcar e do algodão e reforçou a feição dos estados cafeeiros” (SCHWARCZ, 2012, p. 44). Com a ocorrência da seca nesse mesmo cenário, entre as décadas de 70 e 80 do século XIX, grupos de migrantes partiram para outras localidades do Brasil, como para o Rio de Janeiro, que funcionava como a capital do país e contava com mais possibilidades de emprego público e privado. Não estiveram ilibados desta onda migratória, a Amazônia, que se destacava pela extração da borracha, e os estados do sul do país, os quais efetivavam o andamento de um processo urbanizante.

Das últimas décadas do século XIX até a terceira década do século XX, o Brasil permaneceu com uma matriz econômica prioritariamente agrícola, fomentando, paralelamente, a aceleração do crescimento e da modernização das cidades sem, contudo, conceder o cuidado às relações de trabalho, operações de lazer, formas alternativas de habitação. Configuraram-se, por conseguinte, problemas de moradia, transporte, educação. Diante da constituição de um sistema urbano com vocação à segregação, e seduzidos pelo cenário europeu, em especial o francês, com sua Art Déco, as instâncias de poder investiram fortemente no “embelezamento” das cidades, o que significava enviar os pobres para as margens, manter as construções públicas, construir instituições representativas, pensar no transporte coletivo, enfim, adequar e ambientar as cidades à

ideia de evolução. Descentralizada, a população economicamente vulnerável tinha suas casas demolidas e era obrigada a viver em cortiços, hotéis simples ou, então, integrar as periferias.

O resultado foi o surgimento de um clima de otimismo e confiança absoluta, que partindo da economia ganhou a cultura, os costumes e a moral, alcançando assim os países considerados 'mais periféricos'. Na verdade, é difícil determinar o que é causa e o que é efeito nesse processo (e pouco importa), até porque nesse período – mais particularmente de 1890 até a Primeira Grande Guerra – a certeza da prosperidade deu lugar a uma sociedade de sonhos ilimitados, mais conhecida como *belle époque* (SCHWARCZ, 2012, p. 45, grifo do autor).

Foi também, nesse período, que Santos Dumont, imbuído do espírito humano dos tempos modernos, inventou o 14 Bis. Registre-se, ainda, como materialidade do pensamento europeizante da época, o projeto urbanístico instituído na capital, o qual deu origem à avenida Rio Branco, ainda hoje uma referência do Rio de Janeiro.

O presidente Rodrigues Alves, que governou o país de 1900 a 1902, montou uma equipe operacional na administração pública e concedeu poder ilimitado a ela, para que elevasse o Rio de Janeiro a um status urbano que atraísse os olhares dos estrangeiros. No entanto, o passado continuava a se refletir no meio social, invocando uma memória estruturalmente alijante do sujeito comum, de forma que ainda fosse possível perceber hierarquias sociais atribuídas conforme as condições sociais de nascimento e inserção.

A migração das pessoas do campo para as cidades, em busca de uma vida melhor, bem como o elevado número de imigrantes europeus e asiáticos resultou em desordem social nos grandes centros urbanos, gerando tensões, mal-entendidos, conflitos.

A população mais pobre, portanto, estava à margem do processo de modernização. Vivenciou, na condição de grupo economicamente descentrado, a expulsão dos centros urbanos, passando a habitar a periferia. Assim, em que pese o crescimento citadino subnormal, pensões e cortiços eram habitados por muitos sujeitos desvalidos; outros ainda, vagavam pelas ruas, criando um movimento de ocupação dos espaços públicos.

Esse cenário de precariedade econômica e de desumanização originou a revolta de muitos habitantes no meio urbano do Rio de Janeiro, a qual se materializou, também, na Revolta da Vacina, em 1904, período em que se consolidou o combate a doenças e o controle sanitário da população. A efetivação dessa iniciativa a partir da criação de categorias humanas – brasileiros natos, africanos e imigrantes estrangeiros – configurou uma política autoritária e higienista.

Outras sublevações sociais também foram promovidas em diferentes territorialidades do país, como Contestado, Juazeiro e Canudos, os quais demonstraram o desapontamento das populações deixadas às margens do progresso nos meios sociais urbanos.

Afinal, mais do que milhares de quilômetros, o que afastava a capital dos sertões era um abismo cultural/temporal. Embora Euclides discutisse longamente fatores como meio, raça e sua importância para a compreensão

das motivações e costumes dos moradores de Canudos, o principal argumento apresentado no livro concentrava-se no isolamento dos sertanejos, o que traria consequências tanto negativas quanto positivas. De um lado, naquele laboratório social estava reunido, e em pequenas drágeas, o atraso dos grupos do sertão, e o que à época se chamava fanatismo religioso. De outro, a distância geográfica e cultural e o relativo isolamento teriam tais segmentos sociais dos modismos e ‘degenerações’ das cidades litorâneas (SCHWARCZ, 2012, p. 55-56).

Chama-se atenção, também, do movimento que envolveu o padre Cícero Romão Batista, ocorrido entre 1872 e 1924, na cidade de Juazeiro, onde o sacerdote reuniu pessoas descontentes com a situação do Nordeste do Brasil, castigado pela seca.

Os movimentos sociais contestatórios não se limitaram, porém, ao campo. Nas cidades, operários começaram a reagir às péssimas condições de trabalho – que não previam idade mínima ou tempo máximo de jornada diária. Lutavam também por melhores salários e pela criação de órgãos de representação, como sindicatos e partidos de classe. No período aqui compreendido, teve especial importância a presença da mão de obra imigrante europeia, vinda ao Brasil por causa das plantações de café, mas que a essas alturas invadia o espaço das cidades (SCHWARCZ, 2012, p. 57).

É notório que o maior número de imigrantes era de origem italiana, seguido pelos espanhóis e portugueses. Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, o número de imigrantes que trabalhava como operário em indústrias era significativo; havia, ainda, grande parte deles que atuava nos ofícios de pedreiro, ferreiro, trabalhador do ramo de transportes e de pequenas empresas de calçados. Dentre estes, também havia um grande número de ex-escravizados.

As condições de trabalho, nesses espaços, eram difíceis e desumanas. Sublinhe-se, ainda, que não havia embargos legais para o trabalho de crianças: muitas delas, já com cinco anos de idade, ingressavam no mundo laboral para atuação em empresas em São Paulo, exercendo algum tipo de ofício. Também era alto o número de mulheres que trabalhava ao lado delas, principalmente na indústria têxtil. Além da baixa remuneração, os trabalhadores eram submetidos à elevada carga horária de trabalho. Não era raro uma pessoa chegar a trabalhar até onze horas consecutivas. Além disso, havia uma naturalização da submissão a castigos corporais e a uma disciplina rigorosa.

Em decorrência desse contexto sub-humano, “imigrantes e brasileiros” se movimentaram conjuntamente para a organização de movimentos grevistas, nos quais se configurou a assunção da anarquia política, que já circulava nas esferas sociais desde o final da última metade do século XIX.

A primeira greve geral multiprofissional da qual se tem notícia agitou as ruas cariocas logo no início do século XX, mais especificamente em 1903. Ela envolveu chapeleiros, pintores gráficos, entre outros atores laborais, os quais promoviam, à época, a efervescência comum nas grandes metrópoles do mundo. A greve foi findada com a intervenção policial e as consequências foram nefastas: expulsão de muitos estrangeiros

das empresas, prisões e atos de violência, sob a alegação de que se tratava de uma organização protagonizada por “anarquistas e baderneiros”.

No final da segunda década do século XX, em que a intelectualidade cultural brasileira já se aproximava das vanguardas europeias e discutia a necessidade de um movimento que prezasse e se pautasse por uma vertente de brasilidade, ocorreram 64 greves só na capital de São Paulo, além de 14 pulverizadas pelo interior do país. Em primeiro de maio de 1919, uma horda de 50 a 60 mil pessoas se aglomerou no Rio de Janeiro, na Praça XI. Na esteira dessa iniciativa, também em São Paulo, um grande número de pessoas se reuniu para ecoar as vozes da insatisfação. Surpreendentemente esses movimentos produziram um efeito de sentido na ordem social e potencializaram sua força pautados na crise, no desemprego, na desumanidade latente com o prolongamento da jornada de trabalho e, ainda, na redução da necessidade de contratação de mão de obra, conformados na conjuntura do contexto da época.

Faz-se importante o registro, apontado por Lilia Schwarcz (2012), que, longe dos sertões, se estabelecia a cidade moderna, onde reinava a cidadania e a igualdade, porém tendo como beneficiários somente parte da população, ficando, a outra, constituída de sujeitos ex-escravizados ou em condição análoga à escravidão.

Fica evidente, a partir dessa realidade, que a “libertação” dos escravizados não veio acompanhada de políticas sociais que rompessem com a racialidade estruturante da nação brasileira. Desenvolveu-se, por parte da classe dominante, uma narrativa que colocou o negro em um espaço de incapacidade do exercício laboral, de modo que a preferência para ocupar os postos de trabalho que supriam as necessidades geradas pela elite urbana recaiu sobre o povo imigrante. Assim, “o movimento era duplo: de um lado, destacava-se a inferioridade presente no componente negro e mestiço de nossa população; de outro, tentava-se escamotear o passado escravocrata e sua influência na conjuntura do país” (SCHWARCZ, 2012, p. 61).

Ainda que a narrativa consolidasse a referida polaridade, muitos imigrantes – poloneses, alemães, espanhóis, portugueses e japoneses – que desembarcavam no Brasil em busca de uma nova vida foram submetidos a regimes de servidão semelhantes à dos negros na condição de escravizados. Esses sujeitos deveriam demonstrar lealdade, gratidão para com os seus patrões. No entanto,

[...] não se quer com isso dizer que se tratava de uma população só vitimizada e passiva diante de sua nova condição. Ao contrário, diante dessas novas redes e fluxos que a economia capitalista e globalizada trazia – marcada por novas fronteiras e populações nômades –, também no Brasil se produziu uma sociedade heterogênea, mas igualmente delineada pela reordenação cultural e manifestações de toda ordem: messiânicas, milenaristas ou evidentemente políticas e sociais. Tanto que o tema da segurança – sanitária ou mesmo policial – passou a fazer parte das novas agendas governamentais. A saída mais recorrente foi a reação, ora passiva, ora violenta, estando os registros policiais repletos de referências a crimes de ‘vagabundagem’, ‘gatunagem’, mas também assassinatos ou outros atos violentos. Abismos sociais podem ser observados não só nos hábitos



sanitários e alimentares dos caipiras e sertanejos, mas também na diversidade de imigrantes. Longe de constituírem grupo homogêneo, os imigrantes pertenciam a segmentos e origens distintos (SCHWARCZ, 2012, p. 71).

É possível, dessa forma, perceber que o processo de urbanização dos centros decisórios do poder metropolitano, em especial, o Rio de Janeiro, em fins do século XIX e início do XX, foi, em verdade, bastante violento no que tange à perpetuação de ações de exclusão, oriundas de uma memória colonial que sempre vitimou negros e pobres, os quais propuseram, desde então, uma estrutura própria de reação à empresa colonial.

Sobre a passagem da condição de indivíduo à pessoa

A noção empírica de indivíduo, para DaMatta (1997), diz respeito à realidade concreta, inevitável e natural. Dessa maneira, o reconhecimento – individual – do ser ativo, no meio social, favorece a capacidade de desenvolver ideais ao mesmo tempo individualistas e igualitaristas, como contingência de um fato histórico e social. Sendo assim,

[...] não há ato que realizemos, nem pensamento que exprimamos que não contenha o traço de nosso pertencimento à coletividade. Vivemos em grupo, a começar pela família, reunindo-nos com os amigos, estabelecendo relações de dependência no ambiente de trabalho ou agindo como cidadãos (pelo voto ou pela ação militante). Pois, para viver bem em sociedade, o indivíduo é levado a elaborar com outros membros do grupo normas de comportamento social e a respeitar tais normas, sem as quais não haveria senão anarquia incontrolável. Por mais selvagem que sejamos, vivemos em sociedade, isto é, em relação com os outros (CHARADEAU, 2015, p. 15).

A partir da ponderação do teórico, percebe-se que o lugar do indivíduo se situa no âmbito da nação, constituída por uma série de agrupamentos sociais. No modo coletivo, os indivíduos atuam com performances diversas, contribuindo na formação de uma sociedade civil, distinguindo-se da ideia de pessoa, a qual emerge da coletividade.

Um indivíduo, no entender de DaMatta (1997), é igual aos outros, e exerce sua liberdade ao fazer escolhas, sentir emoções. Ele tem consciência individual; portanto, está apto a elaborar as regras do mundo em que habita: não existe mediação entre ele e o todo. Por outro lado, a pessoa não tem liberdade de escolha, pois está presa à totalidade social da qual faz parte. Nesses termos, é complementar aos outros. Sua consciência é social, de modo que suas amizades são definidas de forma residual e jurídica. Ela recebe as regras no mundo, transitando na malha antropológica sob as normas sociais.

No Brasil, o foco central está no sistema de pessoas, no qual elas se encontram sob a égide de “gente”, o que leva à ideia de uma operacionalidade social que condiciona o respeito como prática de não “ultrapassar limites”. Inserem-se, nessa ordem comportamental, os grupos familiares, de trabalho, os habitantes de um mesmo bairro, entre outros. Em cada uma dessas esferas, os participantes têm consciência do lugar que ocupam e, por consequência, sentem-se contemplados simbolicamente pelo meio que

habitam.

Embora as pessoas se sintam partícipes de uma ordem social, faz-se importante o registro de que as relações se pautam a partir de um constructo hierárquico, em que o superior é ciente de sua condição em relação ao outro, assumindo, assim, o entendimento coletivo de ser representante do povo. Esse acordo tácito faz brotar dois campos ideológicos distintos: por um lado, tem-se as ideologias promovidas pelos inferiores, tidas como ingênuas, e, por outro, as dos superiores, as quais são entendidas como sagradas e puras. É dessa premissa que, como produtos dos campos ideológicos, materializam-se imagens dicotômicas, como, por exemplo, ricos e pobres, fortes e fracos, empresários e empregados.

A vertente individualizante, para o autor, está socialmente presente, isto é, o universo é constituído de indivíduos que, para estruturar o seu meio, elaboram decretos, regulamentos e leis que asseguram os serviços essenciais do Estado. As pessoas, no entanto, não estão naturalmente inclinadas a obedecer a uma legislação que iguala os sujeitos; já os indivíduos são dependentes do sistema, de seus órgãos particulares ou públicos, uma vez que não têm um “padrinho”, – figura que, no Brasil, se caracteriza como alguém que ajuda o outro, escolhido por ele, a atravessar os obstáculos jurídicos a fim de levá-lo a aproveitar as benesses advindas da estrutura de poder. Elaborar, promulgar e decretar leis no Brasil, nessa ordem, é uma alternativa para inibir o “jeitinho brasileiro”, a malandragem.

A prática jurídica do Estado, todavia, não impede – nem tem a intenção de fazê-lo – a que os sujeitos vivenciem trânsitos de um domínio a outro, isto é, passem de indivíduo à pessoa ou de pessoa a indivíduo. O que ela pretende tão somente é estabelecer uma clara funcionalidade de segurança entre as diferenças hierárquicas oriundas da operacionalidade social.

Retomando o conceito do início do texto, é importante, para a compreensão da materialidade discursiva, que o nascimento dá origem a um indivíduo que, ao ser registrado com um nome, passa para o sistema de pessoas. Esse trânsito o torna parte do meio social, em especial, do familiar, no qual, inclusive, não há lugar para o individualismo, uma vez que se constitui em um espaço onde cada integrante da família, seja pai, mãe, filhos, avós, tios, sobrinhos, primos sentem-se protegidos do mundo externo, mais empoderados diante da “luta pela vida”.

É ainda na infância, no primeiro dia de escola, e, mais tarde, no ingresso no mundo do trabalho, segundo DaMatta (1997), que o sujeito vivencia o afastamento do lar, transitando de pessoa a indivíduo. Assim, a passagem de indivíduo à pessoa se dá a partir do próprio lar, enquanto que o inverso, de pessoa a indivíduo, ocorre quando aquela entra no mercado de trabalho, isto é, quando luta, de forma inicialmente desconhecida, para “ser alguém na vida” e, nessa condição, ser reconhecido pelo meio.

Comumente, um sujeito constrói a passagem do domínio de pessoa a indivíduo e, depois, para pessoa novamente. De pessoa, quando ainda está imerso no espaço do lar,



envolto às relações de afeto familiares; em seguida, para indivíduo, quando adquire um emprego. E, em um novo movimento de retorno à pessoa, no momento em que consegue construir, no meio público, boa imagem pessoal, laços de confiança, amizade, admiração por parte dos patrões.

A saída do lar e o acesso às ruas, ao público, enfatize-se, conforma um processo, construído com o auxílio de mediadores, a fim de que os sujeitos consigam enfrentar a vida, isto é, dar conta das dificuldades que possam surgir nas vivências no meio social. A mediação pode ser dada a partir de posições hierárquicas comuns na ordem social, como, por exemplo, patrões, professores, instituições espirituais, dentre outros sujeitos e entidades.

Parte significativa das pessoas têm acesso ao mundo sem mediação alguma; por isso, estão sujeitas aos dilemas políticos, às leis da “oferta e da procura” e outras questões de cunho social, político e econômico. Trata-se de um povo que está deslocado da condição de pessoa para assumir a individualização ou a falta de mediação. “Então, não é por mero acaso que os brasileiros no exterior sentem ‘saudade’, ou seja, vêm a descobrir a terrível nostalgia do estado de solidão, quando se situam diante de um mundo impessoal, sem nenhuma relação de mediação e de complementaridade com ele” (DAMATTA, 1997, p. 243). O mesmo sentimento acomete o sujeito quando de sua desterritorialização ou, ainda quando se afasta do círculo social ao qual já estava habituado.

Essa afirmação leva à literatura, mais especificamente ao conto de Lima Barreto, intitulado “O homem que sabia javanês”, escrito em um momento de transição de um modelo político a outro, no Brasil finissecular.

A desterritorialização em “O homem que sabia javanês”, de Lima Barreto

Castelo, personagem de “O homem que sabia javanês”, ao migrar de uma região a outra do Brasil, leva o leitor a entender sua busca por reafirmação social. Para além disso, o trânsito da personagem evidencia um movimento íntimo de reerguer-se como pessoa no âmbito da sociedade representada no conto. Conforme assevera DaMatta (1997), no trânsito de um lugar a outro, é bastante comum a ocorrência de situações de violência, uma vez que o sujeito está na condição de indivíduo, isto é, distante do lar, da vizinhança, onde recebe um acolhimento, além de estar afastado do local de trabalho, no qual pertence a um grupo. Nessa ordem, a violência ocorre no sentido da necessidade de pertencer ao sistema não como um indivíduo, mas como pessoa, alguém que tem voz no meio social e precisa ser escutado, acolhido. Por consequência, o processo de inserção do sujeito dá-se pelo agrupamento e formação de um corpo social ao qual se denomina povo. Esse corpo precisa ser protegido, escutado e significado como um todo. Em que pese o sentido de homogeneidade, o tecido social é suscetível à discursividade, que traz em si a audibilidade possível de promessas em períodos eleitorais, já que o indivíduo se assume como pessoa, responsável e digna do voto, mesmo que esse esteja vinculado a interesses próprios e não coletivos.



DaMatta (1997) destaca, ainda, que uma situação comum que resulta na passagem de pessoa a indivíduo se dá quando alguém perde o emprego, um bem material importante, como a casa, ausenta-se do meio social por motivo de doença, acabando, assim, por ficar excluído do meio social do qual fazia parte e, conseqüentemente, se encaminha ao sistema dos indivíduos:

De fato, a sugestão é a de que, no Brasil, temos os dois sistemas operando numa relação de reflexividade de um em relação ao outro, de modo que tendemos a confundir a mudança com a oscilação de um lado para o outro. E, realmente, nada mais drástico do que a passagem do mundo das pessoas ao universo dos indivíduos. É como se fossem dois mundos diversos; mas esses dois mundos se alimentam e, ao contrário do que pode supor nosso pensamento mais linear, eles se comentam de modo complexo (DAMATTA, 1997, p. 246-247).

Na história da formação identitária do povo brasileiro, muitos foram os sujeitos que vivenciaram tal processo adjunto a situações de repressão, violência, exclusão, as quais, posteriormente, foram representadas por meio da figura de personagens marcantes no âmbito literário. Esse é o caso de Castelo, personagem do conto em questão, ambientado em um contexto urbano entre o fim do século XIX e início do XX, na cidade do Rio de Janeiro. Ele protagoniza uma conversa em uma confeitaria, com o amigo Castro, na qual revela que chegou a poucos dias ao Rio de Janeiro. Além disso, expõe uma de suas aventuras pelo Brasil, assinalando que havia chegado à capital literalmente na miséria. Em tom bastante irônico, regozija-se das estratégias pouco éticas que utilizara para sobreviver.

A ironia, aliás, integra a própria materialidade ficcional e se mostra como uma estratégia de deslocamento crítico que o autor projeta sobre a personagem. Tal movimento faz com que o leitor pouse seu olhar sobre a condição miserável do homem comum brasileiro; contudo, os efeitos de sentido produzidos pela figura de linguagem fundamentam, epistemicamente, a denúncia da ascensão e da permanência do simulacro do poder, o que permite a Castelo o trânsito em espaços decisórios da malha social, ainda que seja de modo fraudulento.

A declaração de sua miséria permite afirmar que estava na condição de indivíduo, isto é, sujeito sem emprego, sem moradia e, possivelmente, distanciado da intimidade do lar. Ao percorrer uma pensão após outra, busca a passagem para o domínio de pessoa e, através de estratégias de sobrevivência, enfrenta o seu maior adversário abstrato: a pobreza.

A alternativa encontrada para efetivar a transição de indivíduo à pessoa é oriunda da leitura de um anúncio jornalístico, que ofertava a vaga de professor de japonês. Castelo, motivado pela possibilidade de, finalmente, escapar de um campo simbólico urbano miserável, investe numa concepção estratégica de simular o ensino da língua malaia. Seu aluno é o Barão de Jacuecanga, o doutor Manuel Feliciano Soares Albernaz.

O início da conversa entre ambos se constitui como uma ilusão elaborada pelo suposto professor:



— Eu sou, avancei, o professor de javanês, que o senhor disse precisar.
— Sente-se, respondeu-me o velho. O senhor é daqui, do Rio?
— Não, sou de Canavieiras.
— Como? fez ele. Fale um pouco alto, que sou surdo, — Sou de Canavieiras, na Bahia, insisti eu. — Onde fez os seus estudos?
— Em São Salvador.
— Em onde aprendeu o javanês? indagou ele, com aquela teimosia peculiar aos velhos.
Não contava com esta pergunta, mas imediatamente arquitetei uma mentira. Conte-lhe que meu pai era javanês. Tripulante de um navio mercante, viera ter à Bahia, estabelecera-se nas proximidades de Canavieiras como pescador, casara, prosperara e fora com ele que aprendi javanês (BARRETO, 1997, p. 4).

No excerto, fica explícito que Castelo se vale de sua inteligência para construir argumentos que resultem no convencimento quanto a sua idoneidade e conhecimento da língua. À estratégia, sucedem duas questões específicas: o primeiro contato que teve com um livro em javanês, dado pelo aluno, e o exercício da perspicácia durante a docência.

Em relação à primeira, é importante registrar o desprezioso folhear do livro por Castelo, no qual encontra um prefácio em inglês resumindo conteúdo e orientação temática da obra, informações que utiliza para ludibriar o já caquético Barão de Jacuecanga. A perspicácia é exercitada a partir da encenação da personagem no que se refere à língua e à cultura javanesa. É relevante não perder de vista que Castelo conhecia o conteúdo da obra, escrito em javanês, que estava resumido no prefácio que lera em língua inglesa. É a partir dessa materialidade discursiva que ele resume para o seu aluno os tópicos trazidos na obra, a qual prometia evitar desgraças e trazer felicidade se de fato ela fosse compreendida pelos leitores. Tal foi a promessa de Castelo: fazer o senhor compreender sua história.

No processo de elucidação do conteúdo da obra, a intimidade entre ambos foi se tornando cada vez maior. É possível constatar que o Barão de Jacuecanga criara verdadeiro apreço por seu mestre. Aproveitando-se da confiança depositada nele, Castelo aumentava progressivamente as mentiras. O leitor pode confirmar essa afirmação no trecho que revela a interlocução entre Castelo e Castro:

Sabes bem que até hoje nada sei de javanês, mas compus umas histórias bem tolas e impingi-as ao velhote como sendo do crônicon. Como ele ouvia aquelas bobagens!...
Ficava extático, como se estivesse a ouvir palavras de um anjo. E eu crescia aos seus olhos!
Fez-me morar em sua casa, enchia-me de presentes, aumentava-me o ordenado. Passava, enfim, uma vida regalada.
Contribuiu muito para isso o fato de vir ele a receber uma herança de um seu parente esquecido que vivia em Portugal. O bom velho atribuiu a coisa ao meu javanês; e eu estive quase a crê-lo também (BARRETO, 1997, p. 6).

A estratégia de Castelo de se passar por conhecedor da língua javanesa e, assim,



exercer a docência resultou em sua ascensão social e, conseqüentemente, na transição de indivíduo à pessoa. No processo, transformou o ambiente de trabalho em lar, sendo apadrinhado pelo doutor Manuel Feliciano Soares Albernaz, o Barão de Jacuecanga. Afinal,

[...] a relação forte com um mediador permite que sejamos vistos de modo especial, como o ‘filhado de Fulano’ que, naquele domínio social, é importante. Essa, sabemos, é a norma. Diria, pois, sem medo do exagero, que nos setores chamados de médios e altos da nossa sociedade o conhecimento do mundo e a entrada no universo do trabalho são dados pela relação muito importante com um mediador. Assim, é pequeno o tempo que a pessoa vive como indivíduo. Em outras palavras, existe uma boa oportunidade para a descoberta de um ‘bom patrão’ que nos ajudará transformar o escritório num ‘segundo lar’ (DAMATTA, 2007, p. 241).

O Barão de Jacuecanga, o crédulo e “bom patrão”, ajudou, então, Castelo a enfrentar as dificuldades pelas quais estava passando e, se antes de o conhecer, era um mero indivíduo, vivendo em um mundo marcado pelas leis gerais e universalizantes, sua condição de professor e, por conseguinte, de pessoa, o fez evoluir ao ponto de conquistar o cargo de cônsul de Havana e, ainda, adquirir uma parte da herança do “padrinho”.

Considerações finais

No conto de Lima Barreto “O homem que sabia javanês”, o leitor se depara com a performance da representação de um ator social inclinado à elaboração de estratégias de sobrevivência em meio à urbanização desordenada e perversa. Castelo se movimenta na ordem de operacionalizar sua permanência no trânsito social, arranjando, progressivamente, sua própria constituição de sujeito. É latente, no conjunto narrativo de Lima Barreto, a intenção de satirizar o bacharelismo reinante à sua época – e que hodiernamente, ainda, vigora – materializada em sua literatura por meio do uso de construções gramaticais normativas que, por vezes, ultrapassam a ordem operativa do vernáculo. Essa estratégia aponta para uma orquestração lógica da linguagem, que vai acentuar o olhar que o escritor lança, desde seu lócus enunciativo, sobre o funcionamento da sociedade brasileira das décadas que compõem o final do século XIX e início do XX. Ao organizar as discursividades que o conformam e o sustentam no imaginário urbano da cidade do Rio de Janeiro finissecular, busca atuar desde uma perspectiva fraudulenta, o que o leva a ocupar lugares legitimados pela ordem republicana.

O processo de inserção de Castelo, no corpo operacional do país, ocorre por meio de seu autoentendimento e de um apurado senso de construção subjetiva. Isso o leva a acercar-se daquilo que refere DaMatta (1997) sobre a transição do sujeito de indivíduo a pessoa, ao inserir-se em uma ambientação social na qual a encenação de quaisquer ordens se faz necessária.

O que se pauta pela ideia de domínio de pessoa diz respeito à proteção em um corpo invulnerabilizado na luta contra eventuais dificuldades originárias dos espaços públicos. Por outro viés, o indivíduo, ainda contingenciado pela malha social, figura exposto às regras

universalizantes, fragilizando-se ante forças de um Estado hierárquico, em que o poder manifesto atua por meio de sua potência.

Nesse conjunto de forças, entretanto, abrem-se espaços para performances como as de Castelo, vinculadas à astúcia da pessoa e à compreensão do indivíduo. Não raras são as vezes em que brotam dinâmicas à margem da ordem instituída, desvelando possibilidades de engodo, as quais conduzem o sujeito ao status de *ad-filiatus*.

A operação de Castelo em direção a sua sobrevivência coloca-se em movimento articulatório sobre o sujeito subjugado, desterritorializado do campo simbólico do poder, o que revela uma condição em permanente presentificação, desde a tomada do território que viria a compreender o Brasil.

Nesse sentido, o leitor identifica, na narrativa em questão, sua própria história, visto que ainda são entoados, nos corredores do imaginário nacional, profundas diferenças sociais, estruturadas desde uma perspectiva homogeneizante, conceituada por uma ideação da harmonia entre a diversidade cultural que constitui a malha antropológica brasileira. Assim, a leitura e compreensão do conto de Lima Barreto favorece o entendimento da representação identitária de um país em que o sujeito comum está distante dos espaços decisórios do poder e no qual, para sobreviver, necessita uma articulação estratégica da operação da própria existência, o que nem sempre está alinhado com a ética e com a contingência conceitual da *res publica*.

Referências

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *O homem que sabia javanês e outros contos*. Curitiba: Polo Editorial do Paraná, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. *In*: LE SITE de Patrick Charadeau; PIETROLUONGO, Márcia. (Org.). O trabalho da tradução. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. *In*: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco. (Orgs.) *Discurso e desigualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 13-29.

DAMATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



NOTAS DE AUTORIA

Ernani Mügge (ernani@feevale.br) é doutor em Letras (UFRGS), com pós-doutorado em Cultura e Literatura (PNPD/CAPES). Pesquisador e professor no curso de Letras e no Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais (Universidade Feevale).

Daniel Conte (danielconte@feevale.br) é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana pela UFRGS. Professor permanente e pesquisador da Universidade Feevale, atuando no PPG em Processos e Manifestações Culturais e no Mestrado Profissional em Indústria Criativa. E professor Visitante no PPG-Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Pós-colonialismo e identidades.

Débora Priscila Marasca (deboramarasca@hotmail.com) é mestranda em Processos e Manifestações Culturais, na Universidade Feevale. Graduada em Letras – Português/Inglês, pela Universidade Feevale, e em Formação de Professores para a Educação Profissional, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Mídias na Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e em Impactos da Violência na Educação, pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). É professora de Língua Portuguesa nas redes públicas municipais de Ivoti e Campo Bom.

Agradecimentos

Não se aplica.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

MÜGGE, Ernani; CONTE, Daniel; MARASCA, Débora Priscila. O mestre de javanês: a transição do indivíduo à pessoa. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 27, p. 01-15, 2022.

Contribuição de autoria

Os autores contribuíram igualmente.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista Anuário de Literatura os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Literatura. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 01/02/2022

Revisões requeridas em: 03/05/2022

Aprovado em: 27/05/2022

Publicado em: 16/09/2022

